



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

1 Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às 10 horas e 20 minutos, deu-se
2 início na Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, Rua Roberto Silveira, nº46, 3º andar, Centro de
3 Maricá, a nona Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional da Região Metropolitana II do
4 corrente ano, contando com a presença dos representantes da **Secretaria de Estado de Saúde do**
5 **Rio de Janeiro (SES)** Juliana Santino (Representante suplente de nível central na CIR Metro II);
6 Eliane Simões Pereira (CEREST/SES); Fernanda Torres (CEREST/SES); Maria Aparecida
7 (CEREST/SES); Andrea Lembranza (Coordenadora Regional CIR Metro II) e Daniéster Coelho Braga
8 (Secretaria Executiva CIR Metro II); e **das Secretarias Municipais de Saúde:** Marcia Lait (Gestora de
9 São Gonçalo); Simone C. Cavalcanti (Gestora de Tanguá); Janete Valadão (Gestora de Maricá); Élio
10 Fernandes Campos (Gestor de Silva Jardim); Tereza Fernandes (Suplente de Silva Jardim); Vitor
11 Duarte (Suplente de Maricá); Sandro Ronchetti (Suplente de Itaboraí); Bárbara Rolin (SMS de Niterói);
12 Fernanda V. Spitz (SMS de Maricá), Djalma de Paula (SMS de Silva Jardim) e Mara Epiphany (PST de
13 Maricá). A plenária contou com a presença da representação da SES, de 5 Secretarias Municipais de
14 Saúde da Região, sendo 4 Secretários de Saúde (São Gonçalo, Tanguá, Maricá e Silva Jardim), 3
15 Suplentes (Itaboraí, Silva Jardim e Maricá) e 3 representantes indicados da Secretária Municipal de
16 Maricá (2 indicados) e Niterói (1 indicado). Juliana Santino dá início à reunião, se apresenta, justifica
17 ausência da Dra. Ceres que está de férias, pede a plenária que se apresente e dá as boas-vindas. **I –**
18 **APRESENTAÇÃO: 1- Apresentação (CT e CIR): Andamento da CIR Metro II** – Andrea e Daniéster
19 apresentam à plenária a situação atual da CIR, apresentação esta que foi realizada na reunião da AIR
20 com CIR no mês de julho e a Dra. Ana Paula Liberal solicitou que fosse realizada na plenária da CIR.
21 Daniéster relata que os dados são de janeiro à julho e possivelmente podem estar um pouco destoante
22 do atual. Foi apresentada a frequência dos gestores nas reuniões ordinárias e extraordinárias da CIR,
23 o quantitativo de deliberações geradas de janeiro a julho, 10 deliberações, Andrea alerta para o
24 aumento considerável de deliberações, sobretudo oriundas de emendas parlamentares, pois
25 atualmente a comissão gerou sessenta e nove (069) deliberações. Além disso, foram apresentados os
26 grupos de trabalho e questões administrativas (como recursos e nova sede). **II – PACTUAÇÃO:**
27 **1.Saúde Auditiva** - unidade de notificação de saúde do trabalhador. A Divisão de Saúde do
28 Trabalhador apresenta a proposta de pactuação das unidades de média e alta complexidade da rede



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

29 de atenção à saúde auditiva como unidades de notificação compulsória da Perda Auditiva induzida por
30 ruído, para que, a semelhança dos demais agravos de notificação compulsória notificar, investigar e
31 identificar os casos de Perda Auditiva Induzida por Ruído por meio do Sistema Nacional de Agravos de
32 Notificação – SINAN, a fim de promover ações de vigilância nos municípios, para promoção e proteção
33 da saúde dos trabalhadores expostos ao risco físico ruído em seus processos de trabalho. Cabe
34 ressaltar que o fluxo das fichas de SINAN seguirá o fluxo convencional das demais fichas de
35 notificação conforme determinação das vigilâncias de saúde municipais e que a pauta da reunião
36 pretende única e exclusivamente pactuar as unidades de saúde auditiva identificadas como unidades
37 sentinelas para notificação dos casos de Perda Auditiva Induzida por Ruído. Tereza parabeniza a
38 presença da área técnica na CIR e questiona quanto à consulta de seguimento, pós-notificação.
39 Sandro acrescenta que na reunião da CT, os integrantes questionaram de apenas as unidades
40 sentinelas se tornarem unidades notificadoras, a exemplo de Niterói que atende 14 municípios e de
41 que forma se daria prosseguimento a todos esses atendimentos municípios. Bárbara reforça que as
42 unidades de referência para da rede de atenção à saúde auditiva se configurarem como unidades de
43 notificação compulsória da Perda Auditiva para saúde do trabalhador poderá gerar dados sem
44 prosseguimento e esclarece que esse paciente deveria ser notificado no ato de referencia-lo ao serviço
45 a unidade de média e alta complexidade. Pois essas unidades sentinelas não teriam “pernas” para dar
46 retorno a todos os municípios que são referencia. Sandro esclarece que a CT não aprovou a pauta,
47 pois na reunião, não ficou claro que tipo de ação desdobraria após a notificação das unidades
48 sentinelas. Cláudia esclarece que no ano de 2011 não houve nenhuma notificação, e os dados são
49 necessários para que projetar um plano de ação. Dra. Márcia, gestora de São Gonçalo, acrescenta
50 que existe uma realidade de subnotificação em todos os agravos, e especialmente na saúde do
51 trabalhador o cenário é mais complexo, por diversos motivos, e essa é uma dificuldade regional. A
52 plenária entende ser necessário e importante a notificação desses casos. Após amplas discussões,
53 Juliana afirma que as pactuações da CIR devem ser oriundas do consenso da plenária, mas caso não
54 chegasse a esse consenso, a aprovação – ou não – deveria ser deliberada por votação; a exemplo do
55 que acontece na CIB. Por fim, a plenária pactuou, por consenso, que as unidades de média e alta
56 complexidade da rede de atenção à saúde auditiva serão unidades sentinelas de notificação



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

57 compulsória da Perda Auditiva induzida por ruído, na saúde dos trabalhadores expostos ao risco físico
58 ruído em seus processos de trabalho. Além disso, encaminha que o assunto deve ser levado
59 novamente à próxima Câmara Técnica, que deverá ser Ampliada com a presença dos Cerests da
60 Região Metropolitana II e técnicos municipais, dia 26.11, em local a ser confirmado. **2. Ratificar**
61 **Emendas parlamentares:** **2.1** Proposta nº12116187000113020 referente à construção de Unidade
62 Básica de Saúde de Chavão, Porte I; para o município de Rio Bonito. **2.2** Proposta
63 nº12116187000113019 referente à construção de Unidade Básica de Saúde de Catimbal, Porte I; para
64 o município de Rio Bonito. **2.3** Proposta nº12116187000113018 referente à construção de Unidade
65 Básica de Saúde da Mata, Porte I; para o município de Rio Bonito. **2.4** Proposta nº12116187000113016
66 referente à construção de Unidade Básica de Saúde Caixa d'água, Porte I; para o município de Rio
67 Bonito. **2.5** Proposta nº12116187000113015 referente à construção de Unidade Básica de Saúde
68 Bosque Clube, Porte I; para o município de Rio Bonito. **2.6** Proposta nº12116187000113017
69 referente à construção de Academia da Saúde; para o município de Rio Bonito. **2.7** Proposta
70 nº12116187000/1130-22 referente à Aquisição de Equipamentos para Equipes de Saúde da Família;
71 para o município de Rio Bonito. **3. Deliberação CIR Metro II nº 069/2013:** A deliberação pactua *ad*
72 *referendum* as Emendas Parlamentares de todos os municípios da Região Metropolitana II, validadas
73 pela Superintendência de Atenção Básica da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro. A
74 SE/CIR está aguardando da área técnica os municípios e propostas que utilizaram a aprovação da
75 Deliberação nº 069 e na próxima reunião da CIR será informado aos gestores. Dra. Márcia, Gestora de
76 São Gonçalo, informa que seu município possui emendas parlamentares e hoje na reunião não teve
77 condições de trazer todos os extratos das propostas impressas e solicita à plenária que essas
78 emendas sejam adicionadas nessa deliberação em questão, a plenária aprova o pedido da Dra. Márcia
79 em incluir/ aprovar tais emendas. Dr. Élio e Tereza reforçam a necessidade dos municípios respeitarem
80 os prazos da CIR e fluxos estabelecidos para aprovação das Emendas Parlamentares; solicitam aos
81 demais municípios que não encaminhem suas emendas direto à CIB, e sigam o fluxo de aprovação na
82 CIR. **4. Pólo UBV:** Fernanda V. Spitz, coordenadora do GT Dengue da Metropolitana II, apresenta aos
83 gestores o plano regional de controle da Dengue. Esclarece que através da Nota Técnica do GT
84 Dengue, do dia 10 de Outubro de 2013, o GT Dengue esclarece que a discussão da criação do Pólo



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

85 Regional de UBV foi iniciada na reunião do GT no dia 27 de junho de 2013, onde o grupo começou
86 verificar as possibilidades e estratégias para execução do mesmo. No primeiro momento os
87 participantes do GT realizaram o perfil epidemiológico da Dengue nos municípios da região, a fim de
88 definir o perfil epidemiológico regional. Foi identificado que nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 todos
89 os municípios deflagram epidemia de dengue, aproximadamente pela 10ª semana epidemiológica. No
90 ano de 2012, excetuando o Município de Maricá e Rio Bonito, os demais apresentaram taxa de
91 incidência superior a 1000/100.000 hab.; com relação a circulação viral, no ano de 2012 identificaram
92 que os sorotipos 1, 3 e 4 com maior prevalência do tipo Denv- 4, já no ano de 2013 somente o sorotipo
93 Denv- 4 foi isolado nas amostras enviadas ao LACEN. Fernanda relata que o grupo percebeu que
94 apesar das repetidas epidemias a região ainda conta com grande número de suscetíveis expostos.
95 Fernanda explica que diante do quadro epidemiológico vivenciado na região nos últimos anos, o grupo
96 de trabalho optou pela elaboração de um Plano de Controle da Dengue Regional que vai além da
97 implantação de um Pólo de UBV regionalizado. Acrescenta que tal plano está para além das questões
98 de UBV, pensando que as ações coletivas de fronteira e de apoio intermunicipais devem e pode estar
99 pactuado principalmente no âmbito da prevenção e da assistência, o grupo entende que a melhor
100 forma de gerenciar e executar as ações de bloqueio com UBV é cada município implantar sua própria
101 estrutura dentro das realidades particulares. As ações de fronteira, a pactuação de leitos, as ações de
102 mobilização social e educação em saúde coletiva, essas sim podem estar contempladas e pactuadas
103 em um plano regional. Fernanda esclarece que ao avaliar o instrutivo de elaboração do plano e a
104 estrutura do empreendimento do Polo Regional de UBV, o GT julga ser de grande dificuldade a criação
105 de um pólo regional devido há alguns impasses que competem a decisão da gestão e não a área
106 técnica, e levanta alguns impasses técnico-administrativos: 1. Como será feito o financiamento do Pólo
107 de forma Regional uma vez que o custeio é municipal? Não haverá repasse do Estado. 2. A contra
108 partida do Estado são apenas os 40 carros UBVs, inseticida e máscaras? 3. Será criado um
109 consórcio? Ou o município sede terá o ônus? 4. Como os municípios irão custear o imóvel/
110 empreendimento? Todos os municípios irão financiar um prédio público no município sede? 5. Os
111 funcionários lotados no pólo de UBV será de qual ou quais municípios? 6. Vale a pena centralizar
112 o UBV em um pólo regional? 7. Em uma situação de epidemia o município sede dará conta de sua



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

113 epidemia e de atender os demais municípios? 8. Como se dará a manutenção, abastecimento e
114 preservação dos insumos? 9. Como ocorrerá o controle social? 10. De que forma será realizado o
115 controle de toxicidade da saúde do trabalhador? Fernanda relata que devido a localização geográfica
116 mais centralizada, o grupo de trabalho entendeu que o município de Itaboraí deveria ser o município
117 sede do Pólo de UBV, mas reforça que os técnicos prepararam o plano de UBV e para conclusão
118 deste, é preciso pactuar em CIR qual município sediará o polo regional. Fernanda afirma que o GT
119 Dengue não concorda com a criação de um polo de UBV, pelas questões já apontadas. Além disso, a
120 região entende ser mais eficaz a criação/pactuação de um plano para controle da Dengue, trabalhando
121 prevenção, promoção e tratamento. Tereza sugere que a proposta do GT de não se criar um polo
122 regional seja considerada e indica que os 40 carros disponibilizados para o polo regional, seja
123 distribuído entre os municípios, e cada gestão municipal administre seus carros, proporcione
124 manutenção e recursos humanos; e o GT de Dengue se configure em um Colegiado Gestor da
125 Dengue para acompanhar, gerenciar e monitorar. Após amplas discussões, a plenária aprova a
126 proposta do GT em não se criar um polo regional de UBV, e sim polos municipais. E faz outro
127 encaminhamento de se distribuir os 40 carros disponibilizados para o polo regional entre os
128 municípios, e cada gestão municipal administre seus carros, proporcione manutenção e recursos
129 humanos; e o GT de Dengue se configure em um Colegiado Gestor da Dengue para acompanhar,
130 gerenciar e monitorar as ações dos polos municipais. **5 – Composição do GCRC:** A plenária pactua
131 que o Grupo condutor será composto pela Coordenação Municipal da Rede Cegonha e/ou
132 Coordenador Municipal da Saúde Materno-infantil. **III - INFORMES: 1. Informe CIB: 1.1 Dengue:**
133 Andrea informa que na CIB a área técnica apresentou os dados atuais da Dengue no Estado. Dra.
134 Márcia acrescenta que a área técnica analisou os planos de contingência da Dengue e está
135 devolvendo aos municípios para adequações. **1.2 Sorteio dos veículos:** Andrea informa que o Estado
136 fez um sorteio de alguns veículos e da Metropolitana II, e na Câmara Técnica Rodrigo informou que
137 Tanguá foi contemplado no sorteio. **1.3 Repasse de recursos financeiro para melhoria das centrais**
138 **de Frio Estaduais, Regionais e Municipais:** São Gonçalo, Silva Jardim, Itaboraí conseguiram o
139 repasse. **1.4 Avaliação Externa do PMAQ – CEO:** Foi informado que a coleta de dados, referente à
140 Avaliação Externa do PMAQ (ciclo 2) nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, está



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

141 temporariamente suspensa. **1.5** Prorrogação do prazo para entrega dos planos operativos referentes à
142 portaria 880: Andrea informa que a área técnica, SAECA, receberá os planos operativos referentes à
143 portaria nº 880, pois o Ministério da Saúde estava recebendo alguns planos necessitando de
144 adequação, e a SAECA irá avaliar os planos e propor as adequações antes de enviar ao Ministério da
145 Saúde. **1.6** Cirurgias eletivas: Andrea informa que tem uma nova portaria de cirurgias eletivas e
146 Daniéster acrescenta que, de acordo com a portaria, houve redução dos municípios executores de
147 cirurgias eletivas. **2.** Grupos de Trabalho - CIR: CIES- Próxima reunião dia 22/10, em HMCT; GT
148 Dengue – Próxima reunião será alterada a data; GT AB – Próxima reunião dia 13/11, em São Gonçalo;
149 GCRC: Teve uma reunião na segunda-feira, dia 14/11, e a próxima reunião dezembro. Andrea
150 acrescenta que é necessário reforçar a composição do grupo, é sugerida a coordenação da Rede
151 Cegonha Municipal e Atenção Básica. **3.** Fluxos de pactuações CIR/AIR/Áreas Técnicas/CIB:
152 Daniéster reforça o fluxo de solicitação de pauta na CIB. Ressaltando que a pauta da CIB é solicitada
153 pelas áreas técnicas, e as pactuações feitas em CIR são analisadas pelas áreas técnicas e esse
154 trâmite requer tempo, ou seja, após aprovação em CIR a deliberação é analisada pela área técnica e
155 pode, ou não, entrar na pauta da CIB do mês seguinte. **4.** Local da CIR: Andrea informa que a Sede
156 Administrativa da CIR Metro II já se encontra na PESP, provisoriamente no 8ª andar, endereço Av.
157 Ernani do Amaral Peixoto, nº 169. E a SE/CIR está em contato com o Núcleo de Engenharia e
158 Arquitetura da FMS de Niterói para elaboração do projeto de reforma da sala do 7º andar, onde se
159 destina. **5.** Local NDVS Metro II – NDVS visitou o HOF no dia 15/10 e ainda não informou à SE/CIR
160 sobre decisão. **6.** Curso Gestão em Clínica do Hospital Sírio Libanês – Bárbara informa que recebeu
161 um grupo técnico de professores do Hospital Sírio Libanês para apresentar a proposta de um curso de
162 Gestão em Clínica que será para toda Região e Niterói será o município polo (centralização das aulas).
163 Bárbara informa os processos de seleção, tanto dos tutores/facilitadores quanto dos alunos. As aulas
164 serão de abril a dezembro de 2014, cada turma terá 36 alunos e, cada turma deve construir projetos
165 aplicativos de intervenção. Bárbara esclarece que esse processo seletivo das vagas será feito pelo
166 Hospital Sírio Libanês. **7.** Oficina de Pactuação dos indicadores de Fortalecimento Regional 2013-
167 2015: Juliana informa que no dia 24/10, às 9h, será discutida na região os indicadores de
168 fortalecimento regional junto às áreas técnicas da SES. Será em Tanguá, endereço a ser encaminhado



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA GERAL
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL METROPOLITANA II

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL- Metro II

169 posteriormente via email. Acrescenta que a Assessoria de Informação preparou um material que está
170 na página da SES e apoiará os municípios para discussão/pactuação dos indicadores. 8. NT API nº 2 –
171 Juliana relata sobre a nota técnica da Assessoria do Pacto Interfederativo nº02, que esclarece o fluxo
172 da pactuação das metas individuais (municipais e estadual) para 2013. Não tendo mais assuntos a ser
173 tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Daniéster Coelho Braga, Secretária Executiva da CIR Metro II,
174 relatei e assinei a presente ata. Niterói, 04 de Novembro de 2013.